

A glória de ter parente empregado

Ricardo A. Setti

Os eleitores americanos já estão até acostumados: irmão de presidente, em geral, dá problemas. É quase uma tradição. Relatos nesse sentido remontam aos primórdios da República americana, mas à medida que os meios de comunicação tornaram-se mais eficientes em seu trabalho investigativo é que os fatos apareceram com mais frequência, tornaram-se conhecidos mais rapidamente e por um número maior de pessoas. Um dos irmãos do presidente Dwight Eisenhower foi um imbatível protagonista de gafes, um dos irmãos do presidente Lyndon Johnson tinha a boca notavelmente suja e um dos irmãos do presidente Richard Nixon andou tendo seu nome envolvido em velhacarias financeiras.



Mal esquentou cadeira na Casa Branca, o presidente George Bush já vê surgirem suspeitas — ainda não provadas — de conduta antiética nos negócios de seu irmão, Prescott, por sinal um simpaticíssimo empresário que viveu no Brasil e fala fluentemente o português. Mas ninguém, em qualquer tempo, teve mais aporrinhações fraternais do que o presidente Jimmy Carter com seu irmão trapalhão, Billy, logo apelidado de *First brother*, por analogia à primeira-dama. Billy, falecido no ano passado, era, realmente, de lascar. Ele começou por embaraçar o presidente por seu comportamento — suas bebedeiras, por exemplo, eram legendárias, e outro de seus hábitos nada ortodoxos era preferir às beiras de estradas, à vista do público, do que os sanitários de postos de gasolina para fazer pipi, em seus constantes ziguezagues pelas estradas da Geórgia natal.

Mas Billy foi adiante, fazendo comentários racistas sobre os judeus americanos ou, então, dirigindo críticas grosseiras a assessores do irmão, além de aproveitar-se da celebridade do sobrenome para percorrer feiras e exposições pelo país afora em troca de cachê. Terminou pior do que começara, envolvendo-se num escândalo — o *Billygate* — por realizar serviço de *lobby* fora das regras da lei, justamente para um regime que o governo do irmão considerava terrorista e uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos, o da Líbia. É claro que Jimmy Carter ordenou uma rigorosa investigação do caso, Billy teve que se registrar como lobista, andou sofrendo multas, enquadrou-se. O próprio Nixon, protagonista-mor do escândalo de Watergate, foi duro com seu irmão, Donald, não levantando uma palha para isentá-lo das investigações que sofreu e dissolvendo-se de seu comportamento.

Que contraste com o Brasil da parentela encastelada no funcionalismo. Aqui, ao contrário de embaraçar, o parente supostamente incômodo — como os que o *JORNAL DO BRASIL* flagrou dependurados nas tetas do Erário na Câmara dos Deputados e no Senado — parece constituir motivo de orgulho. De um lado, ele parece uma espécie de distintivo que o político usa para proclamar à nação que pode fazer e desfazer “qualquer deputado pode empregar quem quiser, é só requisitar o emprego para a direção da Câmara através de um ofício”, jacta-se, por exemplo, o deputado Doretto Campanari (PMDB-SP). De outro, o parente é o sinal vivo, bípede, falante, de que o político é alguém que cuida da própria *techurnia*. “Não há nenhum abuso em empregar parentes”, acha José Thomas Nonô (PFL-AL).

O mais fabuloso, no caso dos enxames de parentes flagrados pelo JB nas folhas de pagamento da Câmara e do Senado, são as explicações que vêm sendo dadas ao caso por eles próprios ou pelos políticos que usaram sua caneta para engordar a renda da família. O deputado José Maurício (PDT-RJ), por exemplo, não considera nepotismo ter o filho recebendo um gordo salário para ancorar-se em seu gabinete “Ne-

potismo seria se eu tivesse contratado a família inteira”, proclama o deputado, involuntariamente acrescentando novas e enriquecedoras nuances à etimologia do idioma pátrio. O marido da deputada Irma Passoni (PT-SP), Armelindo, fincado no gabinete da esposa, dá um polimento adicional ao vocábulo: nepotismo só seria aplicável “a pessoas sem capacitação profissional, ou que na verdade não trabalham”. “Ninguém pode merecer mais confiança do que minhas filhas”, brada o deputado Manoel Ribeiro (PMDB-PA), com a funda convicção de quem plantou três delas na folha de pagamentos da Câmara. “Ninguém é de maior confiança do que um parente”, ecoa o vice-presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), justificando a presença de uma filha no gabinete.

O capítulo da competência dos parentes encastelados no Erário também forneceu a oportunidade a que vários parlamentares emitiram jóias do pensamento contemporâneo. “Meus filhos trabalham, são competentes e comparecem todos os dias, e não apenas no fim do mês para pegar o contracheque”, jura o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), com quatro filhos recebendo pelo Senado, como se aparecer no local de trabalho fosse realmente uma proeza rara e extraordinária. O deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) esgrime o argumento de que seu irmão, que recebe como motorista de seu gabinete, “foi caminhoneiro” — ou seja, é um motorista que efetivamente sabe dirigir. O deputado Geraldo Campos (PDT-RS) acha que a filha que aninha em seu gabinete, por ser formada em Psicologia, “tem muito jeito para lidar com o público”. E por aí vai.

Esqueçamos, só para argumentar, o caráter risível de tais argumentos. Ainda assim, vai-se verificar que os políticos apanhados em flagrante de inchaço de contracheques familiares não se deram conta de duas coisas, pelo menos: 1) a insistência de que o reinado de confiança está na família coloca sérias dúvidas sobre que tipo de líder, afinal, é este, eleito por milhares de pessoas, parte de um partido com dezenas de milhares de militantes e ainda assim incapaz de confiar plenamente em alguém que não compartilhe do mesmo sangue; 2) a ânsia de abrigar, contra as incertezas do mercado de trabalho, a família no Erário público demonstra que, se confia na mulher ou no filho, o deputado ou senador em causa não confia nem um pouco na capacidade deles se arrumarem por conta própria na vida.

A rigor, a designação de parentes para um ou outro cargo de confiança, em casos raros e por tempo limitado, não configuraria um grande problema — ainda que eticamente sempre seja uma questão discutível — caso o provisório, como sempre ocorre no Brasil, não se tornasse definitivo. Há centenas, talvez milhares de funcionários no Legislativo que começaram em postos temporários e foram ficando, beneficiados por enquadramentos, concursos internos, aproveitamentos e outros expedientes de que é farta e exuberante a burocracia nacional. Agora mesmo, 21 secretários parlamentares e sete assessores legislativos, contratados em regime de confiança para trabalhar junto aos sete integrantes da Mesa do Senado dirigida até o mês passado pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), lutam na Justiça para fazer valer um ato desta Mesa que os efetivou, e que a atual Mesa anulou.

Se tivessem um olho mais atento à opinião pública, os políticos partidários de tais expedientes deveriam comportar-se como os seus colegas americanos em matéria de família. Ou, então, seguir o sábio conselho do prefeito de Presidente Bernardes, do PT, ao saber, pelo *JORNAL DO BRASIL*, que cinco de seus 12 colegas petistas eleitos em novembro passado em São Paulo já haviam dependurado membros da família no cabide da Prefeitura: “De parente e puxa-saco eu quero distância.”

Ricardo A. Setti é editor regional do *JORNAL DO BRASIL* em São Paulo